

Projeto: Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2021)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência – SIQUEIRA, Aline Cardoso, et. al. Desafios da prática de estágio em psicologia no acolhimento institucional. Estudos Interdisciplinares em Psicologia, Londrina, v. 12, n. 3, 2021.

2) Resumo e Palavras-Chave – Este artigo apresenta um relato de experiência de um estágio supervisionado em Psicologia realizado em uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes. Esse campo de estágio constitui-se em um espaço potente para a formação do estudante de Psicologia, bem como uma oportunidade de visualizar a efetivação dos direitos preconizados no ECA em 1990. Assim, objetiva-se problematizar os desafios dessa medida de proteção e apontar possibilidades para garantir os direitos da população infanto-juvenil nos 30 anos do ECA. Os resultados sinalizam desafios relacionados à garantia do direito à educação, lazer, atendimento especializado, convivência familiar e comunitária e tempo de permanência na instituição. Foram realizados atendimentos psicológicos, reuniões nas escolas, atendimentos psicossociais, oficinas para adolescentes, busca por atividades de lazer e esporte, etc. Conclui-se que o esforço para a efetivação do ECA deve ser tarefa constante, sendo potencializada com a relação acolhimento/universidade.

Palavras-Chave: acolhimento institucional; estágio supervisionado; direitos das crianças e dos adolescentes; estatuto da criança e do adolescente.

3) Objetivo do estudo – Objetiva-se problematizar os desafios dessa medida de proteção e apontar possibilidades para garantir os direitos da população infanto-juvenil nos 30 anos do ECA.

4) Tipo de pesquisa – Qualitativa.

5) Período da pesquisa – A partir de 2018.

6) Forma de coleta de dados – Trata-se de um relato de experiência, fruto de um estágio curricular obrigatório em um Serviço de Psicologia. O local do estágio mantinha três unidades de acolhimento institucional, denominadas Casas-Abrigo, localizadas em bairros residenciais, onde podiam ser acolhidos cerca de 10 crianças e adolescentes de diversas idades, cuidados por cerca de 20 educadores sociais que trabalham em regime de plantão. A equipe técnica era composta por quatro psicólogas, quatro assistentes sociais, uma enfermeira e uma nutricionista. O estágio foi realizado por três estudantes do quarto ano da Graduação em Psicologia de uma Universidade Federal, tendo como

base teórica a Psicologia Clínica, Psicologia do Desenvolvimento e Psicologia Jurídica. A carga horária de atuação era de 16 horas semanais na instituição, além da supervisão acadêmica semanal de duas horas prestada na Instituição de Ensino Superior. As atividades realizadas pelas estagiárias consistiam em atendimento psicossocial às famílias, crianças e adolescentes, acompanhamento de visitas domiciliares, elaboração de relatórios e Planos Individuais de Atendimento (PIA), articulação com os serviços da rede de atendimento do Município, acompanhamento de adoções, entre outros. Foram utilizados relatórios semanais da prática desenvolvida, diário de campo e textos científicos. Também eram planejadas as atividades para serem desenvolvidas na Instituições.

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico – Os resultados foram coletados e analisados qualitativamente a partir do diário de campo e relatórios semanais das estagiárias, sendo definidas a priori (1) Direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, (2) Política de atendimento, (3) Direito à convivência familiar e comunitária, e (4) Tempo de permanência na Instituição. As reflexões propõem-se a problematizar na prática do estágio em uma instituição de acolhimento institucionais desafios da implementação do ECA após 30 anos.

8) Resultados / dados produzidos – A experiência do estágio supervisionado em uma instituição de acolhimento para crianças e adolescentes possibilitou constatar alguns desencontros entre as legislações vigentes (Presidência da República, 1990, 2009) e a prática, sendo um trabalho árduo o da efetivação da lei. Do ponto de vista da formação em Psicologia, a experiência foi considerada potente pelas estagiárias, possibilitou a interlocução entre a teoria e o campo da prática, além de favorecer a construção do senso de compromisso social e concretizar os ensinamentos teórico-prático-éticos. No que tange ao ECA, pode-se observar a complexidade e os inúmeros impasses que obstaculizam a sua efetivação, sendo um trabalho permanente, feito em conjunto e de poucos passos. Os desafios encontrados na prática estavam relacionados a garantia do direito à educação, cultura, lazer, esporte, atendimento especializado, convivência familiar e comunitária. Também estavam relacionados ao tempo de permanência na instituição de acolhimento.

9) Recomendações – Os acolhidos necessitam de atividades lúdicas, culturais e esportivas que invistam em suas potencialidades e em seu desenvolvimento biopsicossocial, sejam estas atividades tanto internas, quanto externas à instituição. Também o olhar à família precisa ser priorizado e continuado. Ações em rede podem possibilitar a efetivação dos direitos das criança e adolescente preconizados no ECA. A legislação voltada para a criança e o adolescente buscou garantir os direitos, no entanto é necessário avançar na efetivação destes direitos por meio de um constante esforço de todos os níveis da sociedade.

10) Observações e destaques –

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.